

Contextualismo, paradoxo cético e paradoxo do prefácio

Contextualism, preface paradox and skeptical paradox

Tiegue Vieira Rodrigues
Doutor em Filosofia pela PUC-RS
tieguevieira@gmail.com

Resumo

Embora controversa, o contextualismo epistêmico alega oferecer a melhor explicação para alguns fenômenos analisados em epistemologia contemporânea, por exemplo: alega responder ou explicar o apelo de certos paradoxos e, ao mesmo tempo, manter a verdade de nossas alegações ordinárias de conhecimento. Conforme alegado por contextualistas, a vantagem de sua teoria ao explicar o apelo de certos paradoxos reside no fato de que nenhum princípio lógico precisa ser rejeitado. O paradoxo do prefácio – que consiste na aparente incoerência lógica que ocorre quando o autor de um livro declara em seu prefácio que, apesar de acreditar que é altamente provável que tudo o que o livro afirma seja verdadeiro, também é altamente provável que o livro contenha, pelo menos, algum erro – parece não ter sido explorado o suficiente pelos contextualistas. Portanto, pretendemos sugerir uma versão do paradoxo do prefácio apresentando um argumento análogo ao argumento que os contextualistas costumam apresentar para explicar o paradoxo cético. Desta maneira, pretendemos oferecer, por meio de uma análise contextualista, uma explicação para o paradoxo do prefácio. Se a resposta contextualista é ou não adequada para esse paradoxo, isso será questão de disputa e não nos caberá discuti-la aqui. Meu objetivo é apenas sugerir que uma análise contextualista semelhante à aplicada ao paradoxo cético pode ser construída para explicar o paradoxo do prefácio.

Palavras-chave: Contextualismo; Paradoxo do prefácio; Paradoxo cético.

Abstract

Although controversial, epistemic contextualism claims to offer the best explanation for some phenomena analyzed in contemporary epistemology, for example, it claims to solve or explain the appeal of certain paradoxes while keeping the truth of our ordinary knowledge attributions. As argued by contextualists, the advantage that they offer to explain the appeal of certain paradoxes lies in the fact that no logical principles need to be rejected – such as the principle of deductive closure. The preface paradox – the apparent logical inconsistency that occurs when an author states in the preface of his book that, although he believes each claim he has made in the book is true, it is likely that the book contains at least one error – doesn't seem to have been explored enough by contextualists. In what follows we intend to suggest a version of the preface paradox by proposing an argument analogous to the argument that contextualists offer to explain the skeptical paradox. Therefore I intend to offer, through a contextualist analysis, an explanation for the preface paradox. Whether a contextualist response to this paradox is adequate or not will be a matter of dispute and doesn't fit in our discussion here. My goal is just to suggest that a similar analysis applied by the contextualist to solve the skeptical paradox can be constructed to explain the preface paradox.

Key words: Contextualism; Preface paradox; Skeptical paradox.

1 Preliminares sobre o paradoxo do prefácio

O paradoxo do prefácio é frequentemente apresentado como um exemplo de uma crença logicamente inconsistente que, no entanto, seria racional manter. Podemos encontrar a seguinte versão-padrão para o paradoxo:

Um autor, digamos Razoaldo, crê em cada uma de suas alegações contidas no seu novo livro, que é bastante extenso. Além disso, dada a falibilidade humana e sua experiência de que seus colegas igualmente bem informados cometeram algum erro, ele também crê que, pelo menos, uma das alegações é falsa, expressando essa crença no prefácio de seu livro. (Veja Makinson, 1965).

O paradoxo do prefácio nos parece paradoxal porque sentimos que, se Razoaldo possui um conjunto de crenças inconsistentes, i.e., das quais pelo menos uma deve estar errada, então ele deve abrir mão de pelo menos uma delas para restaurar a consistência; mesmo que pudesse ser perfeitamente razoável para Razoaldo crer em cada uma delas ($c_1, c_2, c_3, \dots, c_n$) e que seja igualmente razoável para ele crer que nem todas, ou alguma delas é falsa $\sim(c_1 \& c_2 \& c_3 \& \dots \& c_n)$. Poderíamos agravar a situação se pensarmos que Razoaldo, a partir dessa inconsistência, poderia ser levado a crer numa contradição. Isso é assim devido à aceitação do princípio de fechamento: um conjunto inconsistente de crenças pode ser mostrado como implicando crenças contraditórias da seguinte forma: $P, \sim P$. Dessa maneira, uma vez que é possível crer racionalmente em uma inconsistência, também o é crer em uma contradição – consequência que é “abominável”.

Grande parte das respostas apresentadas na literatura sobre o paradoxo do prefácio se caracterizam pela rejeição de alguns princípios importantes, como, por exemplo, instâncias de princípios de fecho epistêmico e o princípio da conjunção.¹ Embora muitos autores tenham apresentado contraexemplos para tais princípios, a grande maioria dos epistemólogos não está disposta a rejeitá-los, alegando que os custos dessas rejeições são muito altos.² Embora controversa, o contextualismo epistêmico alega oferecer a melhor explicação para alguns fenômenos analisados na epistemologia contemporânea, como, por exemplo: alega responder ou explicar o apelo de certos paradoxos³ e, ao mesmo tempo, manter a verdade de nossas alegações ordinárias de conhecimento. Conforme alegado por contextualistas, a vantagem que o contextualista oferece ao explicar o apelo de certos paradoxos reside no fato que nenhum princípio lógico precisa ser rejeitado – como, por exemplo, instâncias do princípio de fechamento dedutivo e o princípio da conjunção.

No entanto, o paradoxo do prefácio parece não ter sido explorado o suficiente pelos contextualistas.⁴ No que se segue, pretendemos sugerir uma versão do paradoxo do prefácio

¹ Para uma discussão sobre a rejeição de alguns desses princípios veja Dretske (1970, 2005), De Almeida (2007a, 2007b, 2011), Olin (2003, 2005).

² John Pollock and Joseph Cruz (1999), Michael Williams (2001), Matthias Steup (1996), and Mark Sainsbury (2001). Estes autores defendem rigorosamente a validade de alguns princípios. Mais que isso, eles defendem a infalibilidade de raciocínios válidos.

³ Ver Cohen (1999, 2000), DeRose (1995, 2009) e Lewis (1996).

⁴ Até onde foi possível averiguarmos encontramos apenas uma análise contextualista para o paradoxo do prefácio. Nesse texto, Hawthorne (2002) analisa a resposta de Lewis para o paradoxo da loteria e, com base nisso, apresenta uma versão do paradoxo do prefácio (a partir da loteria) para ser respondida da mesma maneira, a saber, à luz de Lewis.

apresentando um argumento análogo ao argumento que os contextualistas costumam apresentar para explicar o paradoxo cético. Assim, pretendemos oferecer, por meio de uma análise contextualista, uma explicação ao paradoxo do prefácio. Se a resposta contextualista é ou não adequada para a resolução desse ou de outros paradoxos será questão de disputa e diz respeito, essencialmente, às bases linguísticas assumidas pelos contextualista. Não será meu propósito aqui defendê-las ou rejeitá-las; meu objetivo é apenas sugerir que uma análise contextualista desse paradoxo é possível.

1 Contextualismo epistêmico e o paradoxo cético

A teoria contextualista é uma tese metalinguística segundo a qual as condições de verdade para sentenças de atribuições de conhecimento que contenham termos do vocabulário epistêmico ('S sabe que P' e 'S está justificado ao crer que P') são, de um modo muito particular, sensíveis ao contexto no qual foram proferidas, isto é, as condições de verdade para atribuições de conhecimento são determinadas pelos padrões que governam os contextos nos quais tais atribuições foram feitas, mais precisamente, o contexto do atribuidor.⁵ Isso é assim pois, para o contextualista, o termo "saber" e os predicados de conhecimento são sensíveis ao contexto. A estratégia contextualista básica para explicar a sensibilidade contextual compreende duas analogias.

Primeiramente, a sensibilidade contextual de "saber" pode considerada análoga à de termos como "alto", "liso", "plano". Sentenças que contenham tais predicados possuem o seu valor de verdade definido pelos padrões estabelecidos de acordo com o contexto, uma vez que esses predicados podem aparecer e, com frequência, aparecem sob a forma comparativa (e.g., "Pedro é mais alto do que Smith") e também na sua forma absoluta (e.g., "Pedro é alto"). Portanto, o contexto de uso das sentenças que contenham esses predicados estabelecerá ambos: o quão mais alto do que Pedro Smith deve ser para que a sentença "Pedro é mais alto do que Smith" seja verdadeira e o quão alto Pedro deve ser para que a sentença "Pedro é alto" seja verdadeira. Considerando o caso dos predicados epistêmicos aplicados à atribuição de conhecimento, teremos a seguinte explicação: ainda que o predicado "S sabe que P" seja absoluto, o predicado "S está justificado para P" é claramente um predicado que admite graus. Do mesmo modo, se a posse de conhecimento implica a posse de justificação, então os padrões estabelecidos de acordo com o contexto estabelecerão o quão justificada uma crença deve ser para que ela seja um caso de conhecimento.⁶

Outra forma pela qual os contextualistas explicam a sensibilidade contextual do termo "saber" é considerá-lo de maneira análoga a termos indexicais, tais como "eu", "aqui", "agora". Considere a seguinte situação: cerca de uma hora atrás eu estava no meu escritório. Imagine que eu verdadeiramente disse: "Eu estou aqui". Agora estou na sala de conferência. Como eu poderia

⁵ Ver Cohen (2000), DeRose (2009) e Lewis (1996).

⁶ Para Cohen, "justificação" é uma condição necessária para o conhecimento (obviamente que combinado com alguma outra condição que possibilite a não gettierização).

verdadeiramente dizer onde eu estava há cerca de uma hora? Não posso verdadeiramente dizer que "eu estava aqui", pois eu não estava aqui (na sala de conferência), eu estava lá (no meu escritório). O significado de "aqui" é fixado pelos fatores contextuais relevantes *da atribuição* (neste caso, a minha localização), não pela localização no tempo em que se está falando a respeito.⁷

A partir dessas alegações, os contextualistas sustentam que as condições de verdade para atribuições de conhecimento são determinadas pelos padrões que governam os contextos nos quais tais atribuições foram ou são feitas, mais precisamente, o contexto conversacional do atribuidor.⁸ A teoria contextualista, portanto, pretende explicar a aparente inconsistência de alguns paradoxos, como o paradoxo cético, da loteria, entre outros. A marca desses paradoxos, alegadamente explicados pelos contextualistas, é que alegações óbvias de conhecimento são, ao que parece, conjuntamente inconsistentes.

Utilizarei como base para nossa análise a tese contextualista proposta por Cohen, pois acredito ser detalhada e de fácil compreensão. Cohen combina a estratégia contextualista básica com uma teoria tradicional do conhecimento, segundo a qual o conhecimento exige evidência ou crença racional (mais alguma condição que dê conta do problema de Gettier). Vejamos qual a estratégia utilizada pelo contextualista para responder ao seguinte argumento cético.

(AC) 1. Se S sabe que tem um coração, então ele sabe que não é um cérebro na cuba.

Combinada com

2. S não sabe que não é um cérebro na cuba

Segue-se que

3. S sabe que tem um coração

É falsa

A fim de explicar a paradoxalidade do argumento cético e restaurar as nossas alegações ordinárias, grande parte das soluções tradicionais para este problema pretendem fazer isso através da negação de algum princípio subjacente a (AC). Enquanto alguns pretendem negar o princípio de fechamento dedutivo, outros pretendem negar o princípio de subdeterminação. Mas

⁷ Cf. Derose, 1995, p. 925. Os contextualistas aqui fazem uso da aplicação sugerida por Kaplan.

⁸ Cf. Derose, 1995, p. 921. Imagine um sujeito, Henry, que está dirigindo pelo interior e (sem nenhuma razão para pensar que alguma coisa estranha esteja acontecendo), depois de uma boa olhada para o objeto, crê que o objeto que ele está vendo é um celeiro. Agora imagine dois cenários onde esse fato se passa: o primeiro (CF) é um cenário onde, alheio ao conhecimento de Henry, ele está numa área que, além de celeiros reais, está repleta de réplicas perfeitas de celeiros feitas de papelão; no segundo cenário (CV), tudo se passa da mesma maneira, exceto pelo fato de que não existem tais réplicas de celeiros. Mas, apesar disso, em ambos os casos, ele está vendo o celeiro verdadeiro. Agora imagine, para ambos os casos, que existem dois passageiros sentados no banco de trás do carro de Henry e o primeiro fala para o segundo: "Henry sabe que aquilo é um celeiro". O significado (o conteúdo) de "saber" utilizado pelo primeiro passageiro parece ser o mesmo tanto em (CF) quanto em (CV). No entanto, em (CV), o que o primeiro passageiro está dizendo é verdadeiro, enquanto que, em (CF), o que ele está dizendo é falso. Desse modo, a presença dos falsos celeiros parece, sim, ter alterado alguma coisa, a saber, o valor de verdade da atribuição de conhecimento feita pelo primeiro passageiro a Henry, mas não as condições de verdade ou o significado (conteúdo) da atribuição. Ou seja, o contexto mudou, e, com isso, o valor de verdade de cada atribuição mudou. Mas a posição epistêmica de Henry continua a mesma, isto é, a evidência (justificação) de Henry (a experiência perceptual de estar vendo um celeiro) não se altera e, assim, se em (CV) sua posição epistêmica é a mesma que em (CF), então pode ser alegado, como fazem os contextualistas, que os fatores (contextos) do atribuidor influenciam a determinação dos valores de verdade para atribuições de conhecimento.

ambas as respostas implicam a rejeição de um ou de outro princípio, e isto é uma consequência que a grande maioria dos epistemólogos não está disposta a outorgar.

A vantagem alegada pelos contextualistas na resolução desse paradoxo consiste em: (i) manter o princípio de fechamento dedutivo; (ii) explicar a força do argumento cético e (3) preservar a verdade de grande parte das nossas atribuições (alegações) ordinárias de conhecimento. Para fazer isso, o contextualista oferece a seguinte explicação.

Como defendido por Cohen, o princípio de fechamento dedutivo subjacente à premissa (1) de (AC) será preservado e verdadeiro em todos os contextos. Nos contextos ordinários onde os padrões em vigor são menos rigorosos, a premissa (3) será verdadeira e a premissa (2) será falsa. Em contextos céticos onde os padrões em vigor são extraordinariamente exigentes, a premissa (2) será falsa e a premissa (3) verdadeira. Dessa maneira, o "paradoxo cético" surge, segundo Cohen, quando nós não percebemos que o padrão de avaliação mudou devido à saliência de certas possibilidades de erro (hipótese cética). Com isso, é possível explicar, ou melhor, responder ao cético de forma que a força de (AC) seja mantida, ao mesmo tempo em que nossas atribuições (alegações) ordinárias de conhecimento sejam preservadas – sem precisar negar o princípio de fechamento dedutivo.

Em suma, o contexto do atribuidor de conhecimento determina o quão boas devem ser as razões de um sujeito para que as atribuições de conhecimento sejam verdadeiras; uma vez que nós temos muito boas razões, ainda que não totalmente conclusivas, para acreditar em muitas coisas que acreditamos ordinariamente. Consequentemente, as nossas razões não são boas o bastante para satisfazer os elevados padrões que governam os contextos céticos, e, dessa maneira, as atribuições de conhecimento em contextos céticos são raramente verdadeiras (ou nunca o são). Contudo, somos capazes de satisfazer os padrões mais relaxados que governam os contextos ordinários, e, assim, nossas atribuições de conhecimento nesses contextos são, frequentemente, verdadeiras.

3 Contextualismo e o paradoxo do prefácio

Acreditamos que uma resposta semelhante a esta que acabamos de ver – oferecida pelo contextualista ao paradoxo cético – possa ser igualmente aplicada ao paradoxo do prefácio. Para isso, pretendemos construir uma versão do paradoxo do prefácio que seja adequada para uma tal resposta. Consideremos o seguinte caso.

(PP) Razoaldo escreveu um longo livro no qual apresenta uma longa sequência de sentenças (s_1 - s_n) e ele crê justificadamente em cada uma delas como sendo verdadeiras. Imagine que, como de praxe, seu texto é enviado para um revisor experiente, tão competente quanto Razoaldo, que afirma que uma dentre as sentenças é falsa. Razoaldo, por sua vez, crê justificadamente (com base no testemunho do

revisor) que $\sim (s1 \& \dots \& sn)$ e escreve essa sentença no prefácio de seu livro. Como podemos perceber, assumindo o princípio de fechamento, parece que Razoaldo poderia crer justificadamente $(s1 \& \dots \& sn)$ e igualmente crer justificadamente que $\sim (s1 \& \dots \& sn)$.

A partir de (PP), poderíamos construir o seguinte argumento do prefácio:

(AP)

1. Razoaldo crê justificadamente $(s1, s2 \dots sn)$.
Assumindo o princípio de fechamento
2. Razoaldo crê justificadamente $(s1 \& s2 \& \dots \& sn)$.

Quando a possibilidade de erro (testemunho do revisor) se torna saliente

3. Razoaldo crê justificadamente $\sim (s1 \& s2 \& \dots \& sn)$.
Logo,
4. Razoaldo crê justificadamente que $(s1 \& s2 \& \dots \& sn)$ e crê justificadamente que $\sim (s1 \& s2 \& \dots \& sn)$.⁹

É falsa

Como podemos perceber, o paradoxo do prefácio não é especificamente um paradoxo sobre conhecimento, mas sobre racionalidade. De todo modo, como apresentado anteriormente, de acordo com Cohen, justificação é uma condição necessária para o conhecimento. Dessa maneira, não seria difícil pensarmos numa versão para o paradoxo do prefácio aplicada ao conhecimento. Consideremos o seguinte caso.

(PP*) Razoaldo escreveu um longo livro no qual apresenta uma longa sequência de sentenças $(s1-sn)$ e ele crê justificadamente em cada uma delas como sendo verdadeiras (imagine que, à medida que escreve cada uma delas, ele diz pra si mesmo "eu sei que o que estou escrevendo é verdadeiro"). Considere que esses solilóquios correspondem a $(k1-kn)$. Considere ainda que cada uma das sentenças cridas por ele, em contextos ordinários, seria reconhecida como um item de conhecimento. Imagine que, como de praxe, seu

⁹ Essa conclusão parece ser paradoxal, pois Razoaldo parece estar habilitado a crer numa contradição.

texto é enviado para um revisor experiente, tão competente quanto Razoaldo, que afirma que uma dentre as sentenças é falsa. Razoaldo, por sua vez, crê justificadamente (com base no testemunho do revisor) que $\sim(s_1 \& \dots \& s_n)$ e escreve essa sentença no prefácio de seu livro. Igualmente, por padrões ordinários, essa última sentença também seria considerada como um item de conhecimento. Assumindo o princípio de fechamento, parece que Razoaldo poderia saber $(s_1 - s_n)$ e saber que $\sim(s_1 \& \dots \& s_n)$.

A partir de (PP*), poderíamos construir o seguinte argumento do prefácio:

(AP*)

1. Razoaldo sabe $(s_1, s_2 \dots s_n)$.
Assumindo o princípio de fechamento
2. Razoaldo sabe $(s_1 \& s_2 \& \dots \& s_n)$.

Quando a possibilidade de erro (testemunho do revisor) se torna saliente

3. Razoaldo sabe $\sim(s_1 \& s_2 \& \dots \& s_n)$.
Logo,
4. Razoaldo sabe que $(s_1 \& s_2 \& \dots \& s_n)$ e sabe que $\sim(s_1 \& s_2 \& \dots \& s_n)$.¹⁰

É falsa

O argumento apresentado em (AP*) parece nos oferecer uma versão do paradoxo do prefácio. Assim como em (AC), a paradoxicalidade de (AP) está no fato de que, aparentemente, suas premissas são intuitiva e individualmente verdadeiras; no entanto, quando apresentadas conjuntamente, não estamos dispostos a aceitar sua conclusão. O diagnóstico contextualista é de que a inconsistência é apenas aparente e se encontra somente entre as sentenças que expressam tais alegações, as quais estaríamos dispostos a aceitar em diversos contextos.

Assumindo a estratégia e as bases linguísticas adotadas pelos contextualistas, podemos, então, explicar a aparente inconsistência de (AP*) da seguinte maneira. Nos contextos ordinários, as premissas (1) e (2) são verdadeiras. Quando o revisor levanta a possibilidade de que alguma crença seja falsa, os padrões contextuais se elevam de modo que (1) e (2) passam a ser falsas e (3) passa a ser verdadeira. A aparente perplexidade que sentimos ao nos depararmos com (4) se deve ao fato de que falhamos em reconhecer as mudanças contextuais impostas pela saliência da

¹⁰ Essa premissa parece ser paradoxal, pois Razoaldo parece estar intitulado a saber uma contradição).

possibilidade de erro (que estamos considerando como uma hipótese cética), o que nos leva a pensar que (4) é contraditória, quando na verdade não o é. Como vimos, de acordo com a semântica contextualista, o termo "saber" funciona como um termo indexical; dessa forma; a sentença expressa pelo primeiro conjunto da premissa (4) expressa que ela é verdadeira no contexto ordinário ("Razoaldo sabe que (s1 & s2 &... &sn) em C_o "); da mesma maneira, o segundo conjunto é verdadeiro relativamente ao contexto extraordinário ("Razoaldo sabe que \sim (s1 & s2 &... &sn) em C_e "). Como falhamos em reconhecer essas mudanças contextuais, somos levados a crer que, em casos desse tipo, a sentença (4) expressa uma contradição. Assim, embora (4) não seja um caso de contradição, ela nunca será verdadeira num contexto ordinário, pois, na medida em que (4) é analisada e consideramos o segundo conjunto (Razoaldo sabe que \sim (s1 & s2 &... &sn)), os padrões automaticamente se elevam, mudando o contexto; isto é, quando consideramos (4), automaticamente o padrão é elevado a um contexto extraordinário. No entanto, se (4) for considerada em um contexto extraordinário, então sua negação será verdadeira, como acontece no (AP*).

Considerações finais

Como vimos, o contextualista alega que responde da melhor forma a alguns problemas epistemológicos, além de alegar oferecer importantes vantagens sobre as demais teorias competidoras, a saber, manter o princípio de fechamento dedutivo, explicar a força do argumento cético e preservar a verdade de grande parte das nossas atribuições (alegações) ordinárias de conhecimento. Como procuramos mostrar, é possível construir uma versão do paradoxo do prefácio análoga ao paradoxo cético e, assim, percebemos que uma resposta contextualista – semelhante àquela aplicada ao paradoxo cético – pode ser aplicada ao paradoxo do prefácio. Se realmente esse é o caso, então nosso objetivo foi alcançado. Embora a teoria contextualista seja controversa e receba inúmeras objeções, não foi nosso interesse discuti-las aqui, mas se trata de uma interessante proposta para pesquisa posterior.

Referências

COHEN, S. Contextualism, Skepticism and the Structure of Reasons. *Philosophical Perspectives* 13. 1999.

_____. Contextualism and Skepticism, IN: Sosa E Villanueva (Ed.) *Philosophical issues* 10, 2000.

DE ALMEIDA, Epistemic closure, skepticism and defeasibility. *Synthese*. Online First, <http://dx.doi.org/10.1007/s11229-011-9923-7>. 2011.

_____. Closure, defeasibility and conclusive reasons. *Acta Analytica*, 22, 301–319. 2007a.

- _____. Moorean absurdity: An epistemological analysis. In M. Green & J. N. Williams (Eds.), *Moore's Paradox: New essays on belief, rationality, and the first person* (pp. 53–75). Oxford: Oxford University Press. 2007b.
- DEROSE, Keith. Solving the skeptical problem. IN: *Philosophical Review*, 104, 1, p. 1 – 52, 1995.
- _____. *The Case for Contextualism: Knowledge, Skepticism, and Context*. Oxford UP, vol. 1, 2009.
- DRETSKE, F.. Epistemic operators. *Journal of Philosophy*, vol. 67, 1007–1023. 1970.
- _____. The case against closure. In M. Steup & E. Sosa (Eds.), *Contemporary debates in epistemology* (pp. 13–26). Oxford: Blackwell. 2005.
- HAWTHORNE, John. Lewis, The Lottery and The Preface. *Analysis*, Vol. 62, No. 3, pp. 242-25. 2002.
- LEWIS, D. Elusive Knowledge. *Australasian Journal of Philosophy*, 47, 549–567. 1996.
- MAKINSON, D. 1965. The paradox of the preface. *Analysis*, vol. 25, p. 205-207, 1965.
- OLIN, D. *Paradox*. Montreal: McGill-Queen's University Press. 2003.
- _____. A case against closure. In De Almeida, C. (Ed.), *Perspectives in contemporary epistemology, a special issue of Veritas* 50.4, (pp. 235–247). Porto Alegre, Brazil: EDIPUCRS. 20005. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/veritas/ojs/index.pp/issue/view/178>.
- POLLOCK, J., & CRUZ, J. *Contemporary theories of knowledge*. Lanham: Rowman & Littlefield. 1999.
- SAINSBURY, M. *Logical forms* (2nd ed). Oxford: Blackwell. 2001.
- STEUP, M. *An introduction to contemporary epistemology*. Upper Saddle River: Prentice Hall. 1966.
- WILLIAMS, M. *Problems of knowledge*. Oxford: Oxford University Press. 2001.